

RESULTADOS DE
INQUÉRITO À PERCEPÇÃO

IMPACTO DA BANCA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONFIANÇA NO SISTEMA POLÍTICO



Think
Tank

Outubro 2019 ©

Luís Coruche

Fernando Lo Feudo

Associação para a Resiliência da Região de Lisboa (ARS) é uma organização independente, sem fins lucrativos, criada para dar resposta a tendências globais de risco que pressionam progressivamente a nossa sociedade e constituem ameaças à sua estabilidade e desenvolvimento. Em particular, surge da necessidade de acompanhamento activo, por parte da sociedade civil, de políticas públicas que afectam os nossos interesses comuns. A ARS foi criada por um grupo multidisciplinar, independente de interesses partidários ou empresariais.

Disclaimer: Os resultados deste relatório e as opiniões expressas no mesmo são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a posição da Associação para a Resiliência da Região de Lisboa. O trabalho foi feito com o maior rigor técnico possível com os recursos disponíveis. Quaisquer questões ou opiniões podem ser enviadas para: ars_rlx@zoho.com

Luís Coruche é presidente da ARS, é especializado em sustentabilidade urbana pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, coordena uma rede de pesquisa de políticas públicas e um conjunto de iniciativas cívicas para a resiliência social, económica e ambiental na Região de Lisboa. Participou no desenvolvimento do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, fez pesquisa sobre políticas públicas energéticas, ao nível da China e de Hong Kong, com uma elevada componente de tecnológica e de instrumentos financeiros verdes. [contacto: ars_rlx@zoho.com](mailto:ars_rlx@zoho.com)

Fernando Lo Feudo é investigador Associado da ARS, Licenciado em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduado em Finanças e Mestrado em Gestão Universitária. Foi gestor de projecto do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas em Desastres, da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi consultor sénior do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD, ligado ao Banco Mundial.

Os autores desejam agradecer a Beatriz Baptista, licenciada pelo ISCTE, pelo seu apoio indispensável na estruturação do inquérito e ao Eduardo Ribeiro, associado fundador da ARS, pelo o apoio fundamental nesta actividade de pesquisa.



www.ars-rlx.org

4 de Outubro de 2019 ©

REVISTO E REEDITADO A 6 DE NOVEMBRO

SUMÁRIO EXECUTIVO

O princípio do séc. XXI tem sido marcado por uma tendência de financeirização da economia, isto é de: *“importância crescente dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições financeiras e elites financeiras nas operações da economia e suas instituições de governação, tanto ao nível nacional como internacional.”* (Epstein, 2001)ⁱ. Esta tendência veio a resultar na Grande Recessão económica que englobou as crises financeiras do *Subprime* nos Estados Unidos (2007-2010) e das Dívidas Soberanas na Europa (2010-2014). Esta recessão incidiu sobretudo nas economias avançadas e teve marcadas consequências nos direitos fundamentais dos seus cidadãos.

Em Portugal a crise resultou num aumento médio de 7,2% na taxa de desemprego, na duplicação da emigração e no crescimento em 3,6% da taxa de perturbações depressivas¹, tendo sido o nosso país um dos mais afectados por esta recessão global. O endividamento do Estado Português foi um factor crítico deste colapso económico, tendo a fraude financeira, uma relação no geral insalubre entre o sector privado e o público e a corrupção de Estado, sido principais factores determinantes do mesmoⁱⁱ.

Emerge pois, a necessidade de investigar profundamente este processo e as suas consequências, com especial atenção para: i) a relação entre os seus principais actores: Banca, Estado e Cidadãos, ii) as responsabilidades de cada um e iii) o papel pivotal do Estado na regulação deste tipo de processo de transferência de risco (dadas as suas obrigações de defesa dos direitos fundamentais, a par com as de promoção do crescimento económico que a estes direitos nunca se deve sobrepor²). Esta investigação é fundamental para suportar o desenvolvimento de estratégias, enquadramentos e medidas eficazes de defesa dos direitos fundamentais num mundo financeirizado. Tal defesa é crítica para resiliência social e económica da sociedade e para a sua estabilidade e desenvolvimento.

Nesse sentido, com o objectivo de descrever, interpretar e comunicar a perspectiva dos cidadãos sobre: a) as consequências da actividade bancária nos seus direitos fundamentais, b) a responsabilidade do Estado relativamente à defesa desses mesmos direitos e c) as consequências que a crise financeira teve na sua confiança no sistema político, procedeu-se ao inquérito que aqui se apresenta e se discute: “Impacto da Banca nos Direitos Fundamentais e Confiança no Sistema Político”. Apresentando-se abaixo as conclusões chave e discussão, seguidas do método utilizado e dos resultados.

1 Taxa desemprego e emigração calculadas com base na diferença entre os valores médios num período pré-crise (2000 – 2009) e valores médios durante o período de crise económica (2010-2014). Aumento da taxa de perturbações depressivas registadas calculada com base no seu crescimento entre 2011 e 2014. Ver Anexo I para detalhes e fontes.

2 A organização económica da República Portuguesa assenta no princípio de subordinação do poder económico ao poder político democrático, *“Constituição da República Portuguesa VII Revisão Constitucional”* 2005, artigos 80º alínea a) e 2º, República Portuguesa. Pag. 28 e Pag.1

Conclusões chave

1) A maior parte dos inquiridos consideram que a crise financeira teve consequências gravíssimas nos seus direitos fundamentais³

- A maior parte dos cidadãos inquiridos considera que foi afectado de um modo gravíssimo, com destaque para o *emprego*, com 42 % dos respondentes a considerarem que foram afectado de um modo gravíssimo; seguindo-se a *constituição de família* e *habitação*, em que as repostas mais frequentes também foram de afectação gravíssima, com 32% e 31% respectivamente.

2) Os inquiridos consideram que o Estado, na sua resposta à crise financeira, não repôs ou repôs pouco os direitos afectados -

49 % consideram que não repôs de todo e 25 % que repôs pouco.

3) 92 % consideram que o poder do sector bancário em Portugal

é maior que o poder democrático - 49 % que indicam que o poder da banca em Portugal é muito maior do que o poder democrático, mais 42 % que indicam que o poder da banca é maior que o poder democrático⁴.

4) A maior parte dos inquiridos não confia no sistema político

para defender os seus direitos fundamentais - 42 % não confiam de todo e 34 % confiam pouco.

5) A grande maioria considera a promoção da integridade e o combate à corrupção, pelo próximo governo, absolutamente

prioritária - Sendo que 73 % consideram absolutamente prioritária, seguido de 13 % que consideram muito prioritária.

³ **Nomeadamente:** Saúde, Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família.

⁴ Considerar o arredondamento da % para números inteiros.

DISCUSSÃO

Com base nos resultados do inquérito (secção 1) e na pesquisa no âmbito da Consolidação Democrática e Finanças Éticas que tem sido feita pela Associação para a Resiliência de Lisboaⁱⁱⁱ, considera-se importante destacar e discutir os seguintes pontos:

Necessidade de re-enquadrar as consequências da irresponsabilidade na indústria financeira, pois os resultados das crises financeiras e da passagem injustificada de riscos e prejuízos para o Estado e sociedade em geral não geram apenas problemas económicos, podem levar à depressão e no limite ao suicídio, induzindo cadeias de adversidade ao nível dos indivíduos e famílias (Stuckler e Basu, 2014^{iv}; US Suicide Prevention Resource Center, 2008^v).

Atendendo a correlações entre choques recessivos, que incluem desemprego, emigração e suicídios, a ARS procurará explorar o possível enquadramento do colapso de bolhas especulativas e de Bancos de Importância Sistémica (G-SIBs e SIBs)⁵ na classificação de desastres humanitários; dado que estes fenómenos, em termos gerais, se podem enquadrar nessa definição⁶ e nesses critérios.⁷

A crise financeira deixou a sociedade portuguesa menos empregada, mais envelhecida, com menos saúde mental e menos poupanças, em comparação com o período pré-crise (ver Anexo I). Apesar de haver uma tendência de retoma, que se espera consistente, a sociedade ainda lida com as consequências da crise e está num estado mais vulnerável que tem que ser considerado.

Os choques financeiros, ao nível individual, podem levar à depressão e ao suicídio

É possível explorar a classificação das crises financeiras enquanto desastres humanitários

Apesar da tendência de retoma, a sociedade portuguesa está mais fragilizada do que antes da crise

5 Bancos de Importância Sistémica Global, acrónimo em Inglês: G-SIBs, Bancos de Importância Sistémica (Nacional) Acrónimo em Inglês: SIBs

6 Definição de Emergência Humanitária: “É um evento ou série de eventos que representam uma ameaça crítica para a saúde, segurança, ou bem-estar de uma comunidade ou outro grande grupo, normalmente numa área extensa.” <https://www.humanitariancoalition.ca/info-portal/factsheets/what-is-a-humanitarian-crisis> Humanitarian Coalition acedido a 23 de Setembro, 2

7 Critérios para inclusão na Base de Dados de Desastres Humanitários EM-DAT: <https://www.emdat.be/frequently-asked-questions> Ponto no. 3, acedido a 23 de Setembro, 2019

Apenas 23 % dos cidadãos inquiridos confia no sistema político. Sendo que atribuem mais responsabilidade ao Estado pela crise financeira, do que aos bancos. Em particular atribuem maior responsabilidade aos sucessivos governos, considerando a maior parte que a Ética dos principais agentes políticos é péssima. Isto tem implicações relativas à estabilidade social no país.

92 % dos cidadãos inquiridos consideram que o poder da banca é maior que o poder democrático. Há que reconhecer, que num mundo de bancos “*too big to fail*”, a democracia corre sérios riscos que têm que ser abordados.

Ao influenciar indevidamente o Estado, ao externalizar riscos injustificados e ao impactar o tecido socioeconómico os bancos degradam o próprio tecido e sistema político que os sustenta. Esta questão está ligada à sua necessidade de competição global de uma forma que cumpre avaliar e levanta uma questão de resiliência das instituições que optem por não embarcar em estratégias irresponsáveis e de curto prazo.

Os cidadãos, não tem opção senão agir, através da cidadania activa pelo reequilíbrio do campo de jogo. Em particular para contrapor a influência do *lobbying*, e procurar que a banca não aprofunde a financeirização da economia de formas que venham ainda prejudicar mais os seus direitos fundamentais. Isto é um desafio tremendo, pois a diferença de dimensão entre os actores banca (global e nacional) e sociedade civil, é cada vez mais díspar, o(s) Estado(s) têm que cumprir o seu papel pivotal.

A quebra de confiança com o sistema político aproxima-se de um nível crítico com risco para a estabilidade social

Num mundo de bancos “*too big to fail*” a democracia corre sérios riscos que têm que ser abordados

Através da externalização excessiva de risco os bancos prejudicam o próprio tecido social e o sistema político que os suporta

É necessária uma cultura de cidadania activa e o apoio do Estado para reequilibrar o campo de jogo

Através da severidade do impacto da crise financeira em Portugal, ficou claro que a corrupção de Estado e a fraude financeira se podem tornar problemas de segurança nacional. Por conseguinte a promoção da integridade no Estado e consolidação da democracia em geral - nesta conjuntura de bancos “*too big to fail*” - são uma prioridade que pode tornar o país mais resiliente.

Uma estratégia de banca Ética e responsável poderá ser mais lenta e levantar desafios de resiliência num contexto de competição financeira global, mas por ser menos especulativa (mais ligada à economia real) e menos lesiva para o tecido social e sistema político poderá produzir um crescimento mais robusto e significativamente maior no médio/longo prazo.

A questão da Ética e responsabilidade, naturalmente não se aplicam só à banca e ao Estado, também se aplicam à sociedade civil e à construção estratégica de confiança entre estes actores. Tendo em conta as mais valias de uma cidadania activa, de um Estado íntegro e de uma banca Ética e responsável, acima referidos, pode antever-se um potencial de resiliência e crescimento socioeconómicos que estes três actores/sectores podem e provavelmente devem explorar em conjunto.

Num mundo de corporações “*too big to fail*”, a promoção da integridade no Estado é fundamental para a resiliência do país

Uma banca Ética e responsável levanta desafios de resiliência empresarial, mas poderá produzir um crescimento mais robusto no médio/longo prazo

É importante explorar o potencial de crescimento, com base na construção de confiança entre sectores e numa cultura de cidadania activa, democracia íntegra e banca responsável

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	3
Conclusões chave.....	4
DISCUSSÃO.....	5
1. RESULTADOS.....	9
Método do inquérito	9
Resultados	9
ANEXO I.....	19
Indicadores de conjuntura.....	19
ANEXO II.....	20
Cadeia de Adversidades.....	20

1. RESULTADOS

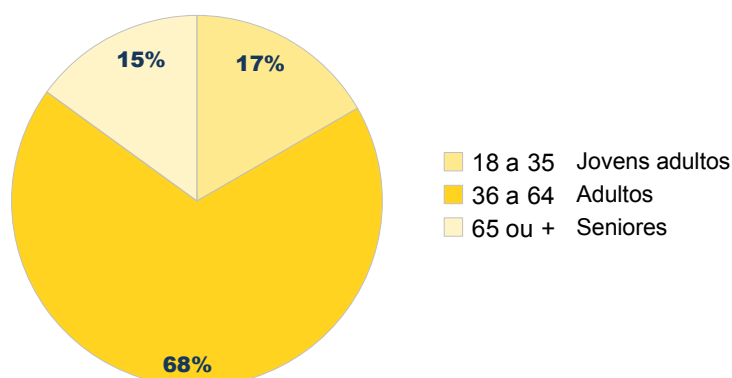
Método do inquérito

Esta pesquisa consistiu num inquérito por questionário a 60 indivíduos, entre os 18-80 anos (com idade suficiente para votar), ao nível nacional. O mesmo foi apresentado com o título: “*Banca, Direitos Fundamentais e Confiança no Sistema Político*” e conduzido durante o mês de Fevereiro de 2019. A amostra foi estratificada de acordo com as características da população em termos etários e geográficos. 87% dos inquéritos foram recolhidos *online* através da plataforma de inquéritos SurveyMonkey e promovidos na rede social Facebook através da página da Associação para a Resiliência da Região de Lisboa. Esta promoção foi segmentada pelas Regiões Nacionais (NUTS II)⁸. • A fim de colmatar uma menor presença do intervalo de idades acima dos 44 anos, nesta rede social, 13% dos inquéritos foram recolhidos aleatoriamente por telefone, do universo de pessoas listadas nas páginas brancas; sublinhando-se que entre os 18 e 44 anos perto da totalidade da população portuguesa utiliza a dita rede social⁹. • Foi feito um pré-teste do questionário a 6 pré-respondentes (10%). • A análise de dados foi feita com recurso a estatística descritiva simples. • O questionário é da exclusiva responsabilidade dos autores deste relatório, tendo sido estruturado com o apoio da Beatriz Baptista, licenciada em Ciência Política, pelo ISCTE.

Resultados

QUESTÃO 1 – Idade e Distrito?

Respondentes por grandes grupos etários

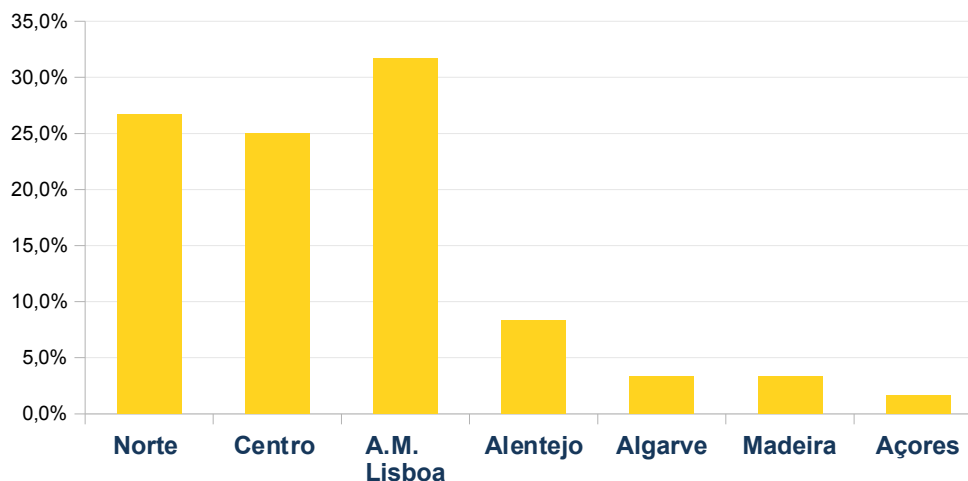


⁸ “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões, <https://www.pordata.pt/O+que+sa+o+NUTS>, acedido a 4 de Outubro 2019

⁹ 100 % dos 18 aos 30 anos e 80 % dos 30 aos 44, Barreto, Paulo *Facebook Country Manager 2014*

<https://sol.sapo.pt/artigo/114164/-ate-aos-30-anos-100-dos-portugueses-t-m-facebook> in. Semanário Sol, 24 de Agosto 2014

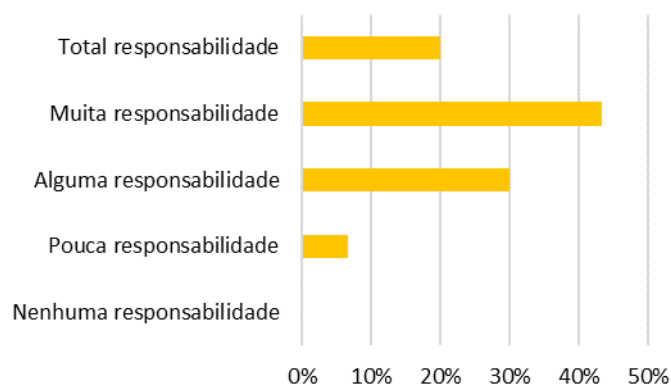
Respondentes por distrito (NUTS II)



43% acham que a banca internacional teve **Muita responsabilidade** na crise financeira em Portugal.

QUESTÃO 2 - Em que medida considera que o sector bancário internacional teve responsabilidade na crise financeira em Portugal?

Categoria	Respostas	%
Total responsabilidade	12	20
Muita responsabilidade	26	43
Alguma responsabilidade	18	30
Pouca responsabilidade	4	7
Nenhuma responsabilidade	0	0

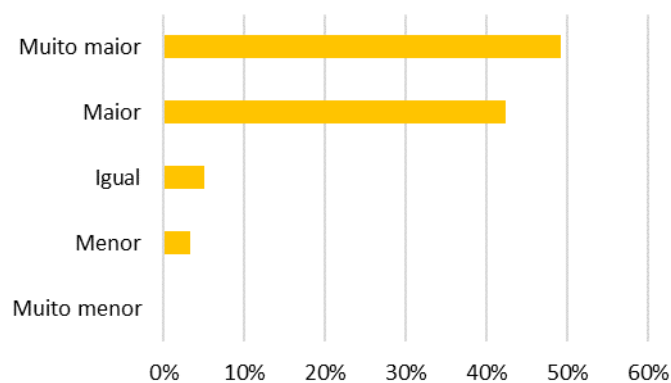


92% considera que o poder do sector bancário é **Maior** que o poder democrático (muito maior 49% + maior 42%*)

*Considerar arredondamentos a número inteiros

QUESTÃO 3 – Em Portugal, considera que o poder do sector bancário é maior ou menor que o poder democrático?

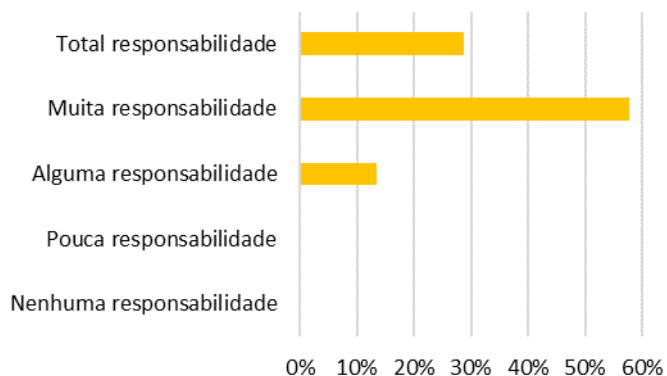
Categoria	Respostas	%
Muito maior	29	49
Maior	25	42
Igual	3	5
Menor	2	3
Muito menor	0	0



Uma maioria de **58%** considera que o Estado Português teve **Muita responsabilidade** na crise financeira em Portugal

QUESTÃO 4 – Em que medida considera que o Estado português teve responsabilidade na crise financeira em Portugal?

Categoria	Respostas	%
Total responsabilidade	17	29
Muita responsabilidade	34	58
Alguma responsabilidade	8	14
Muita responsabilidade	0	0
Nenhuma responsabilidade	0	0

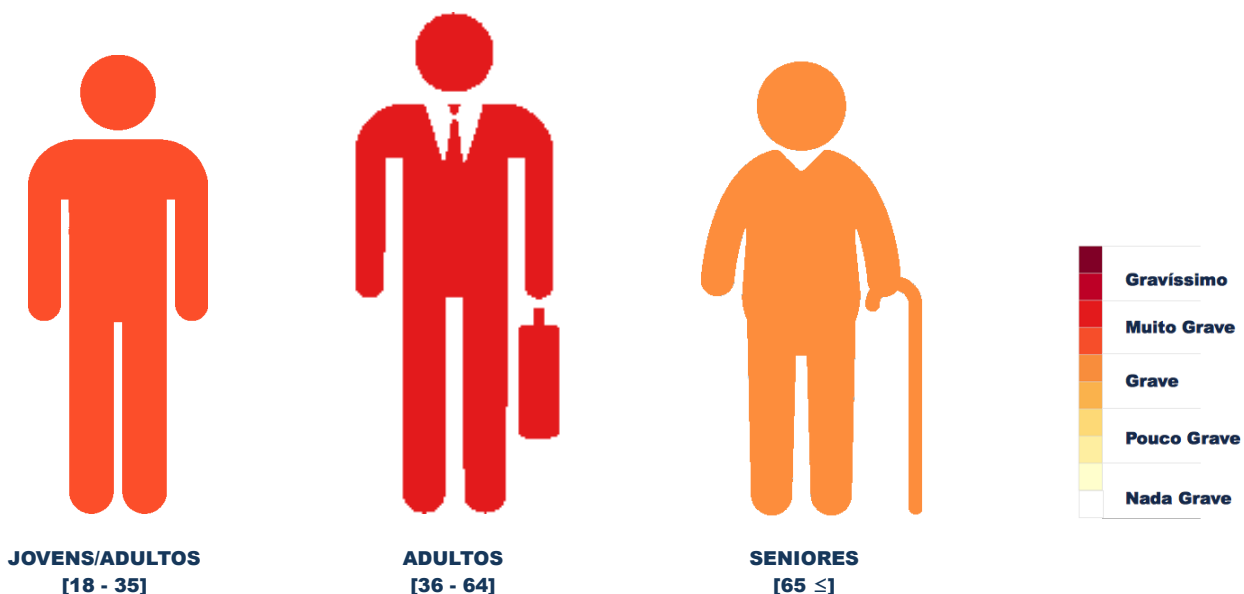


A crise financeira teve consequências **Muito graves** em todos os **Direitos Fundamentais** dos cidadãos inquiridos

QUESTÃO 5 - Em que medida a crise financeira afectou, directamente, estes seus Direitos Fundamentais³⁶?

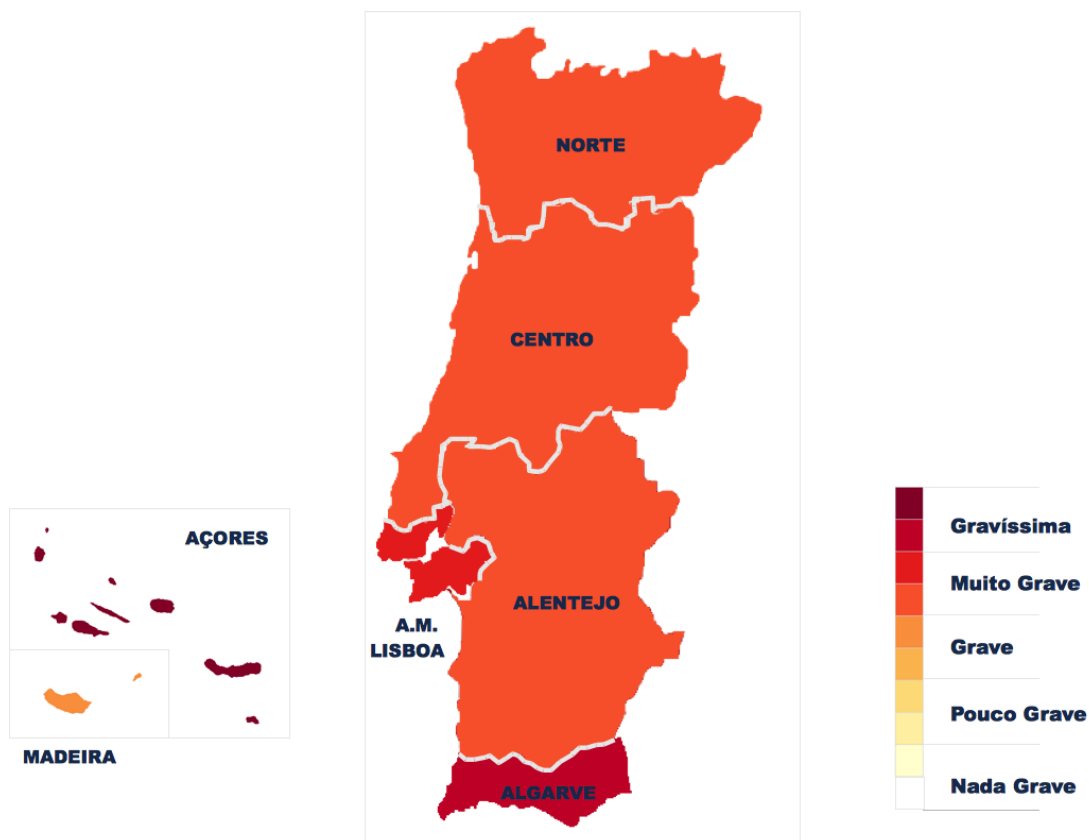
5a – Média por faixa etária

Saúde, Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família (Média agregada por faixa etária)



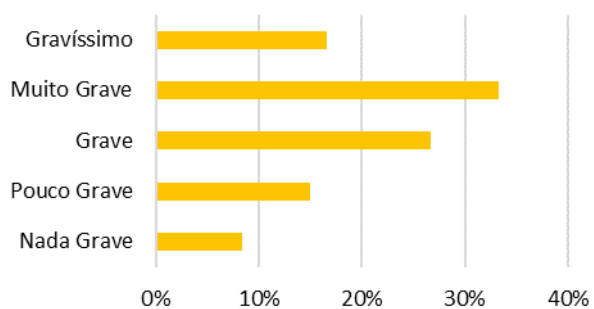
5b – Média por distrito

Saúde, Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família (Média agregada por distrito)



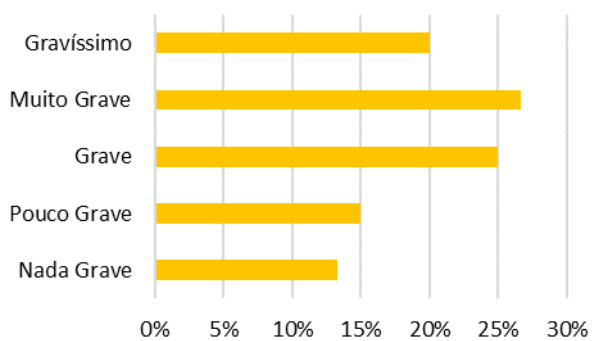
5.1 Saúde

Categoria	Respostas	%
Gravíssimo	10	17
Muito grave	20	33
Grave	16	27
Pouco grave	9	15
Nada grave	5	8



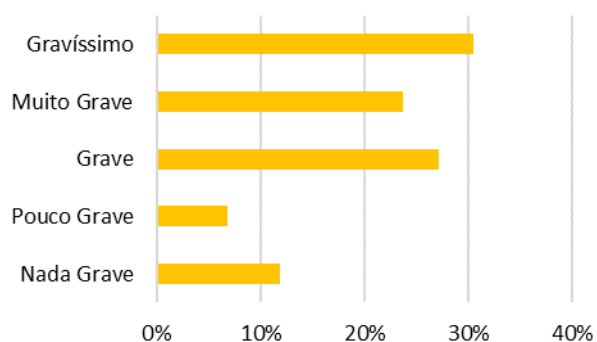
5.2 Educação

Categoria	Respostas	%
Gravíssimo	12	20
Muito grave	16	27
Grave	15	25
Pouco grave	9	15
Nada grave	8	13



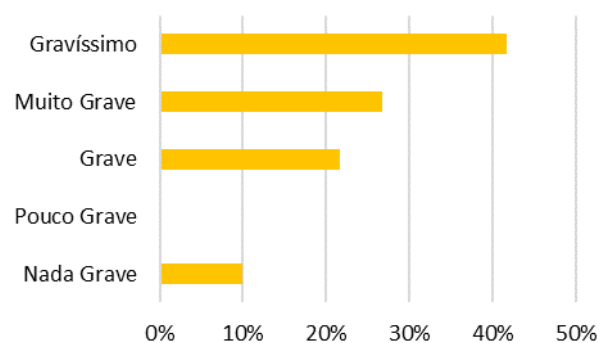
5.3 Habitação

Categoria	Respostas	%
Gravíssimo	18	31
Muito grave	14	24
Grave	16	27
Pouco grave	4	7
Nada grave	7	12



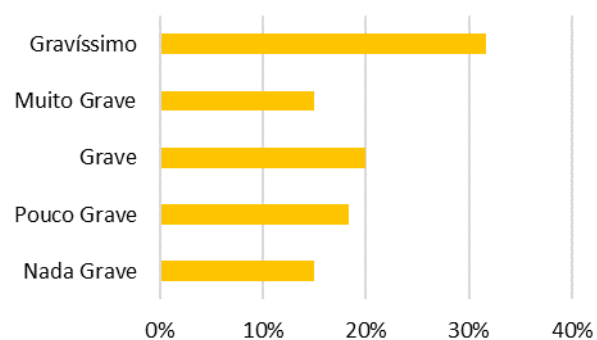
5.4 Emprego

Categoria	Respostas	%
Gravíssimo	25	42
Muito grave	16	27
Grave	13	22
Pouco grave	0	0
Nada grave	6	10



5.5 Constituição de Família

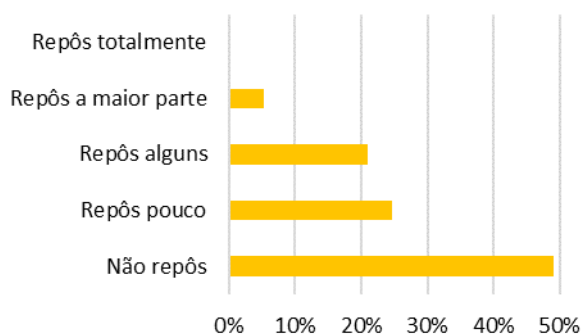
Categoria	Respostas	%
Gravíssimo	19	32
Muito grave	9	15
Grave	12	20
Pouco grave	11	18
Nada grave	9	15



A maior parte considera que a resposta do Estado Português à crise financeira **Não repôs** os seus direitos

QUESTÃO 6 – Caso tenha sido afectado(a), em que medida considera que a resposta do Estado Português à crise financeira repôs os seus Direitos*?

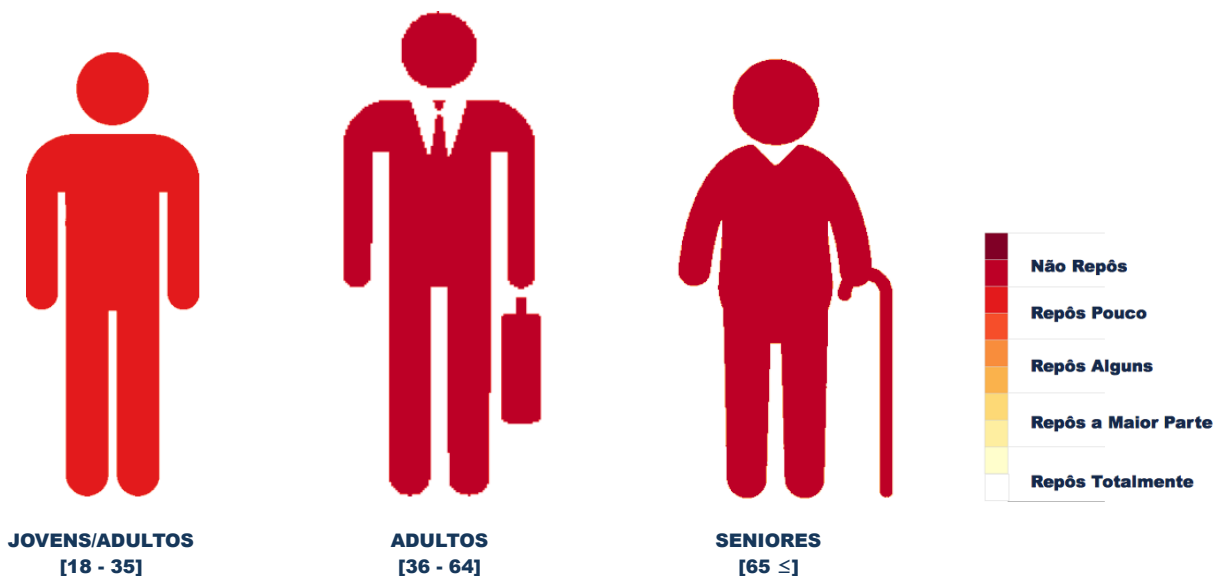
Categoria	Respostas	%
Não repôs	28	49
Repôs pouco	14	25
Repôs alguns	12	21
Repôs a maior parte	3	5
Repôs totalmente	0	0



*Saúde; Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família.

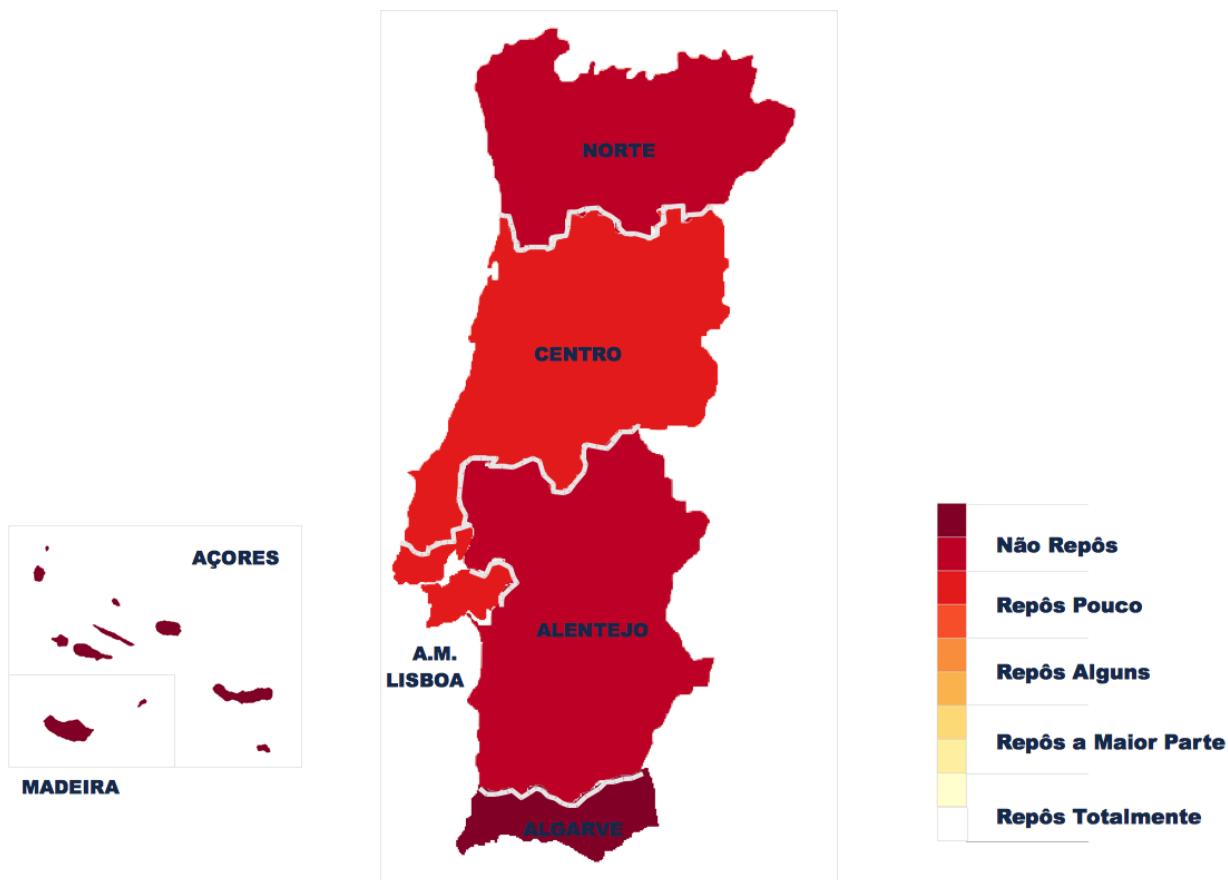
6a- Média por faixa etária

Saúde, Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família (Média agregada por faixa etária).



6b- Média por distrito

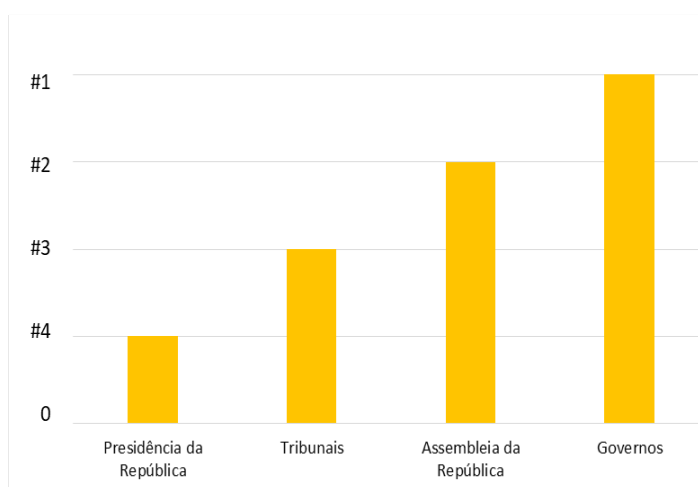
Saúde, Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família (Média agregada por distrito)



A maior parte dos respondentes considera que, dentre os Órgãos de Soberania, o **Governo** foi o que teve a **Maior** responsabilidade.

QUESTÃO 7 - caso considere que o Estado português teve responsabilidade na crise financeira ordene, de forma crescente, a responsabilidade dos seguintes órgãos de soberania:

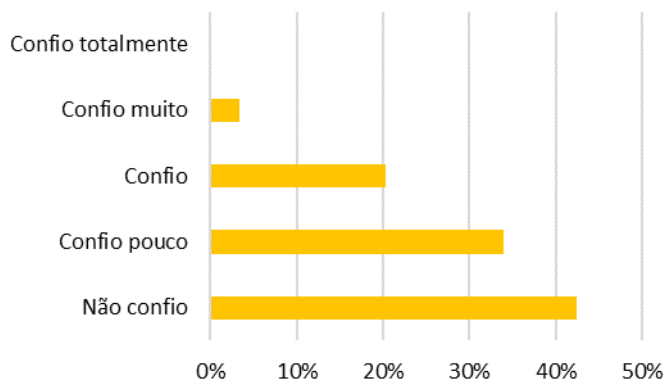
Órgão de Soberania	Responsabilidade
Governos	#1
Assembleia da República	#2
Tribunais	#3
Presidência da República	#4



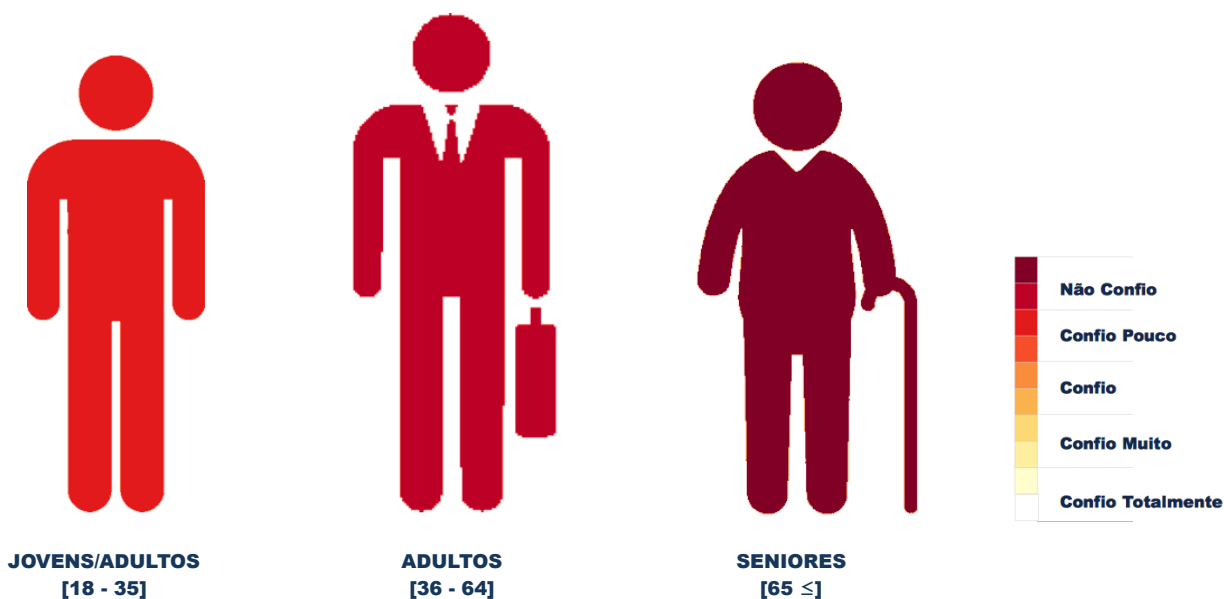
A larga maioria Não confia ou Confia pouco no sistema político português para defender os seus direitos fundamentais

QUESTÃO 8 - Em que medida confia no sistema político português para defender os seus Direitos Fundamentais?

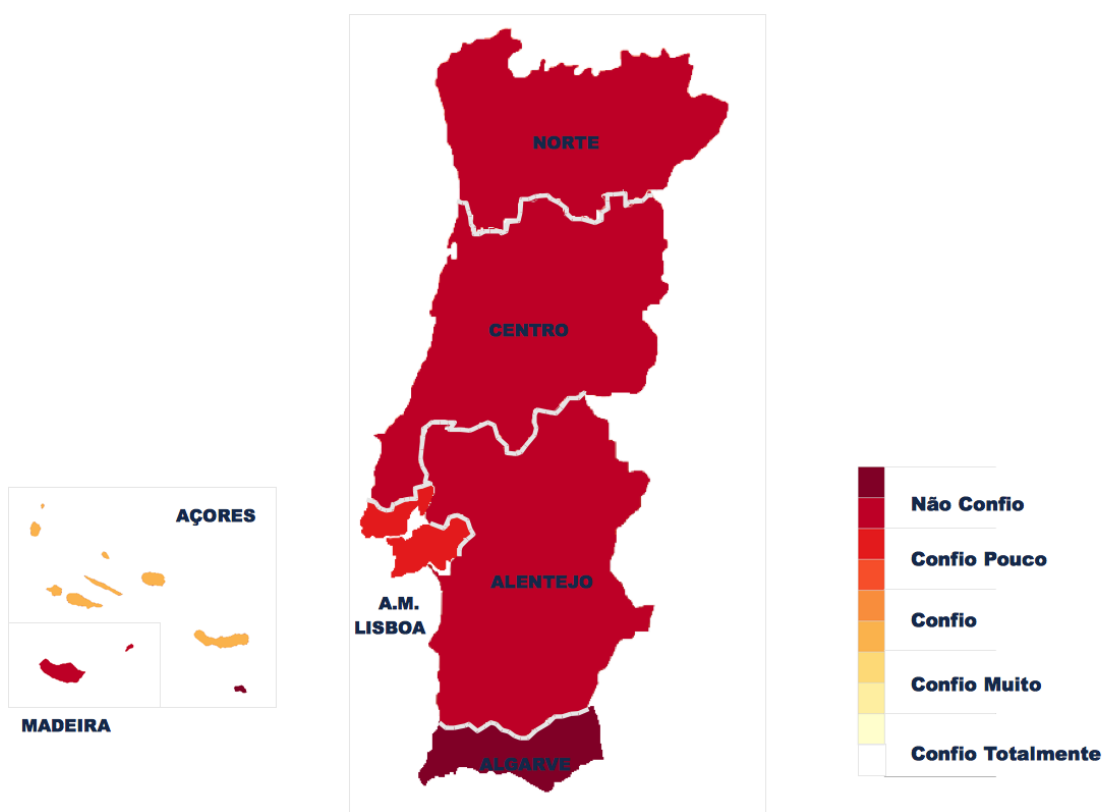
Categoria	Respostas	%
Confio totalmente	0	0
Confio muito	2	3
Confio	12	20
Confio pouco	20	34
Não confio	25	43



8a- Média por faixa etária



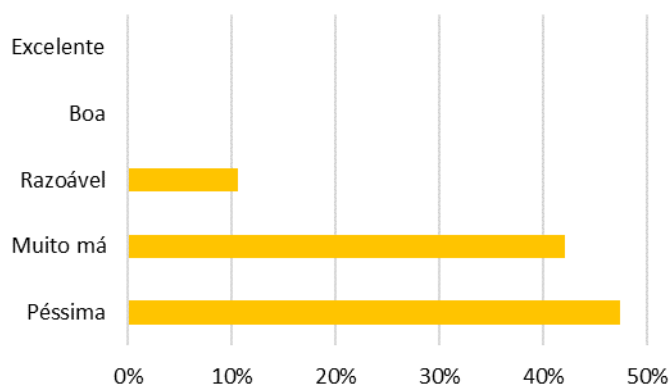
8b- Média por distrito



A vasta maioria dos respondentes avalia como **Péssima** ou **Muito má** a cultura ética dos principais agentes políticos nas últimas duas décadas.

QUESTÃO 9 - Como avalia a cultura ética dos principais agentes políticos nas últimas duas décadas?

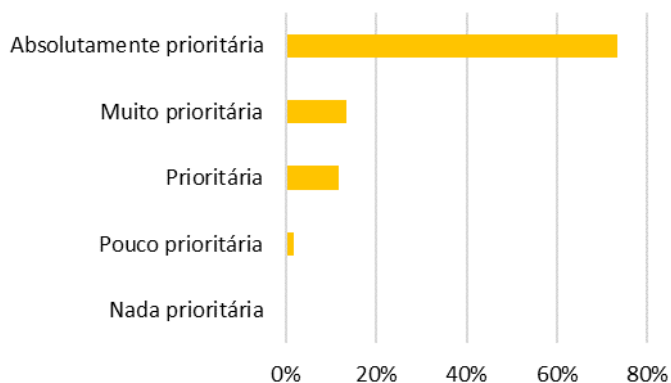
Categoria	Respostas	%
Excelente	0	0
Boa	0	0
Razoável	6	11
Muito má	24	42
Péssima	27	47



Uma maioria absoluta de **73%** considera que a promoção da integridade dos agentes políticos e o combate à corrupção devem ser **Absolutamente prioritários** no programa político do próximo governo

QUESTÃO 10 - Em que medida considera que a promoção da integridade dos agentes políticos e o combate à corrupção devem ser prioridades no programa político do próximo governo?

Categoria	Respostas	%
Absolutamente prioritária	44	73
Muito prioritária	8	13
Prioritária	7	12
Pouco prioritária	1	2
Nada prioritária	0	0

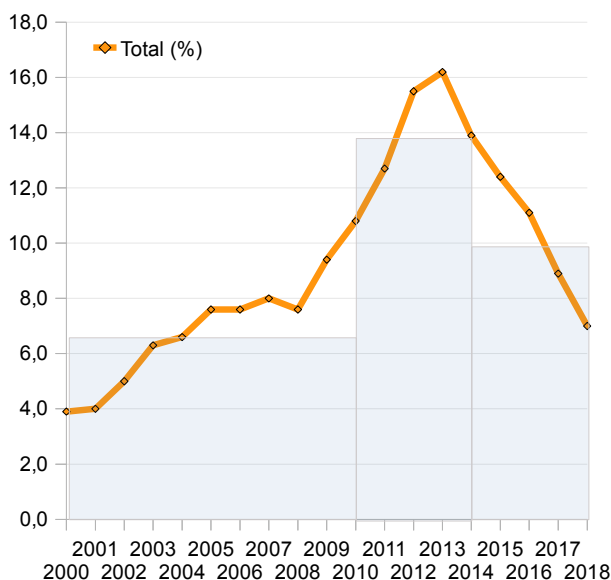


ANEXO I

Indicadores de conjuntura

Em relação com os períodos pré-crise financeira (2000-2009), crise financeira (2010 -2014), pós-crise financeira¹⁰ (2015-2018) [Barras].

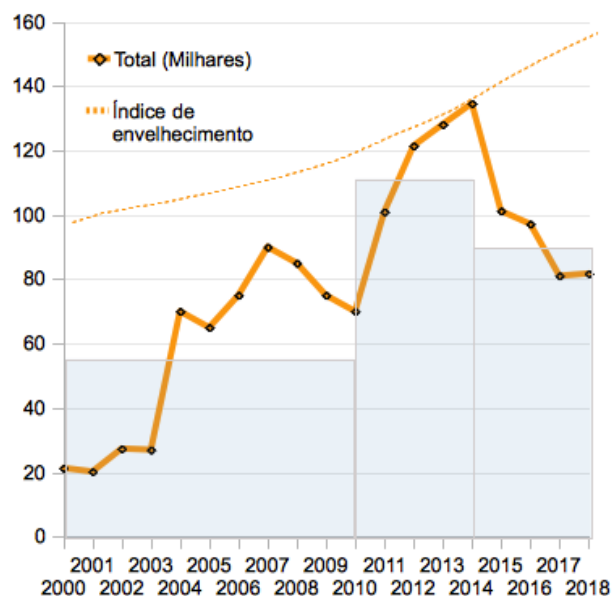
Fig. 1a. - Taxa de Desemprego



Fonte: PORDATA, 2019^{vii}

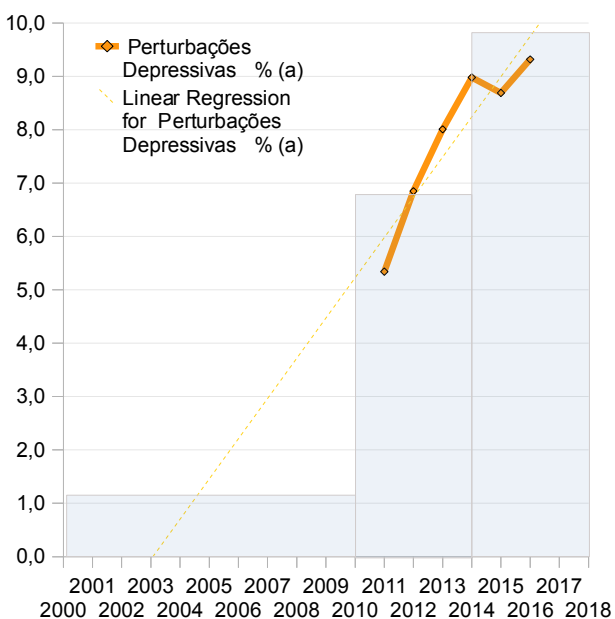
1b. Emigração e Envelhecimento

Saídas totais em milhares, Índice de envelhecimento



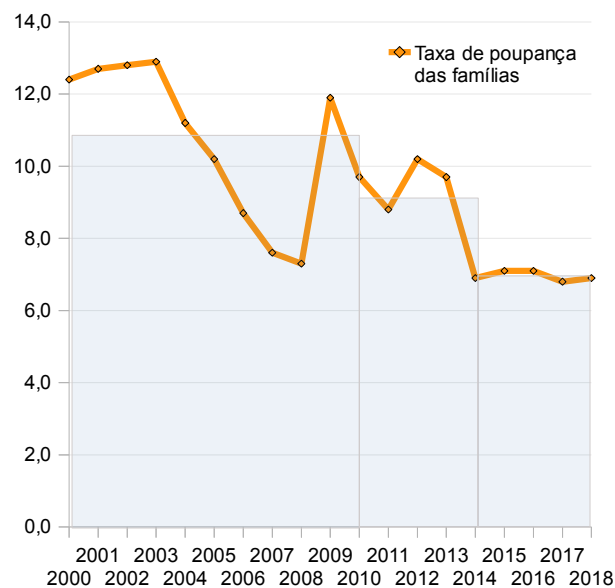
Fonte: Observatório das emigrações^{viii}, PORDATA, 2019^{ix}

1c. Taxa de Perturbações Depressivas



Fonte: Direcção Geral de Saúde, 2017^x

1d. Taxa de Poupança



Fonte: PORDATA, 2019^{xi}

10 Não obstante de haver especialistas em Finanças que argumentam que não se pode afirmar que o país e mundo já saíram plenamente da crise financeira

ANEXO II

Cadeia de Adversidades

Segundo o US Suicide Prevention Resource Center, os choques financeiros/econômicos induzem um aumento significativo do risco de depressões e suicídios, aumentando o número daquilo a que chamam cadeia de adversidades, ao nível individual (Fig. 2).

Fig. 2 Cadeia de Adversidades



Fonte: US Suicide Prevention Resource Center (2008)

- i Epstein, Gerald A. 2001. “Financialisation, Rentier Interests and Central Bank Policy” http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/finacial/fin_Epstein.pdf
- ii **Nota:** Nomeadamente casos como a nacionalização do Banco Português de Negócios, Banco Privado Português, entre outros resgates e capitalizações, Parcerias Público Privadas rodoviárias e contratação de Instrumentos de Gestão Risco Financeiro que se revelaram altamente lesivas para o Estado Português e obrigaram a uma despesa pública estimada em 32 mil milhões de euros no período 2007 a 2019 (excluindo encargos com juros de dívida pública contraída e encargos até ao final do contratos PPP); que deram origem a numerosas comissões parlamentares de inquérito e casos de Justiça ainda por apurar.
- Referências:**
Rodrigues, Sofia (24 de Junho de 2017) “Frente Cívica quer levar ao Parlamento proposta para extinguir PPP rodoviárias” *Jornal Público / Frente Cívica*
Governo de Portugal (2014) “Gestão do Programa de Ajustamento” Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos (ESAME)
Simões, Lígia, (27 de Março de 2018) “Respostas rápidas: quanto é que a banca já custou aos bolsos dos contribuintes?” *Jornal Económico*
Campos, Vicente, Frexes (21 de Dezembro de 2015) “Guia para Compreender o Resgate do BANIF” *Expresso*
Simões, Lígia, (27 de Março de 2018) “Respostas rápidas: quanto é que a banca já custou aos bolsos dos contribuintes?” *Jornal Económico*
Pena, Paulo (19 de setembro 2013) “Bancocracia: A verdadeira história da crise bancária portuguesa” *Visão*;
Lusa (3 de agosto 2019) “BES: Resolução foi há cinco anos e custos para Estado já superam os 5 mil milhões de euros”
Assembleia da República (2013) “Comissão parlamentar de inquérito à celebração de contratos de gestão de risco financeiro por empresas do sector público” 17 de dezembro 2013, Assembleia da República Portuguesa
- iii Assoc. para a Resiliência da Região de Lisboa (2015), “*Causas, Consequências e Mitigação das Crises 2007/08 e Dívidas Soberanas*”
https://cleandevlopmentarchitecture.files.wordpress.com/2016/01/ars_think_tank_2_apresentaccca7acc83o_out.pdf
; Assoc. para a Resiliência da Região de Lisboa (2018) “*Conferência – Integridade Democrática, Prioridade Máxima e Soluções Existentes*” https://ars-rlx.org/eventos/think_tank/conferencia-ars-2018/, acedidos 4 em Outubro de 2019
- iv Stuckler, David; Basu, Sanjay (2013) “*Economia Desumana – Porque Mata a Austeridade*” Abril 2014, Editorial Bizâncio
- v Suicide Prevention Resource Center, 2008 “*Relationship between the Economy, Unemployment and Suicide*” November 12th 2008
- vi **Nota:** Saúde, Educação, Habitação, Emprego e Constituição de Família “Posições jurídicas básicas reconhecidas pelo direito português [Constitucionalmente], europeu e internacional com vista à defesa dos valores e interesses mais relevantes que assistem às pessoas singulares e colectivas em Portugal”. Fundação Francisco Manuel dos Santos (2019) “*Direitos e Deveres dos Cidadãos*” www.direitosedeveres.pt acedido a 25 de Março 2019
- vii PORDATA (2019) Taxa de Desemprego [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550) acedido a 23 de Setembro 2019
- viii Observatório da Emigração (2019) Saídas Totais de Emigrantes Portugueses <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/> acedido a 23 de Setembro 2019
- ix PORDATA (2019) Índice de Envelhecimento <https://www.pordata.pt> acedido a 23 de Setembro 2019
- x **Nota:** Esta referência, relatório da Direcção Geral de Saúde, refere que o aumento significativo da taxa de perturbações depressivas é devido a um maior registo nos centros de cuidados primários e que não é legítimo afirmar que há um aumento efectivo desta taxa. Tal não é consistente com as conclusões do US Suicide Prevention Resource Center segundo a qual deveria haver um esforço de separação dos factores determinantes do aumento das perturbações. **Referência:** DGS, (2017) “*Programa Nacional Para a Saúde Mental 2017*”, Lisboa, outubro, 2017, Direcção-Geral da Saúde.
- xi PORDATA (2019) Taxa de Poupança <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico> acedido a 23 de Setembro 2019